

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/3165/2019

Processo: 2019.0004620

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça, que abaixo assina, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988; no artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, no artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, e no Art. 9º, IV da Resolução nº 005/2018, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e;

Considerando que foi autuada nesta Promotoria a Notícia de Fato n. 4960/2015 a partir de informação anônima acerca de possíveis irregularidades no Edital de abertura do processo licitatório na modalidade Concorrência Pública n. 002/2019-Prefeitura de Palmas para execução de serviços de limpeza urbana.

Considerando que foi solicitado ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços de Palmas, em sede de investigação preliminar dos fatos, informações para subsidiar a análise da procedência da representação, no entanto a referida autoridade não atendeu a solicitação ministerial.

Considerando que em consulta ao sistema SICAP do TCE-TO restou verificado que a Prefeitura publicou Aviso de suspensão da referida Concorrência Pública, sem data definida para realização do certame, no dia 26/07/2019

Considerando que compareceu espontaneamente nesta Promotoria o Sr. Diego Duarte Moniz, gerente administrativo da empresa Valor Ambiental, prestadora de serviço de coleta de lixo nesta Capital, informando que encontra-se em trâmite na Prefeitura de Palmas processo de contratação emergencial de serviços, mesmo tendo havido prorrogação em caráter excepcional por 12 meses do contrato n. 112/2014 até conclusão do processo licitatório.

Considerando que a empresa que o declarante gerencia Valor Ambiental, bem como a CGC e MB foram convidadas a apresentar proposta para o contrato emergencial de limpeza urbana, contudo não pode participar da abertura dos envelopes das propostas, nem obteve acesso aos autos do processo de contratação quando solicitado.

Considerando que há indícios de que as irregularidades no primeiro edital atrasou a conclusão do procedimento licitatório, assim como foi motivo para contratação direta emergencial, situação que pode configurar possível prática de ato de improbidade administrativa

Resolve instaurar o presente Inquérito Civil Público, tendo como elementos que subsidiam a medida:

1. **Origem:** Procedimento Extrajudicial 2019.0004620

2. **Investigados: a apurar**

3. **Objeto:** Apurar possíveis irregularidades no processo de contratação emergencial para execução de serviços de limpeza urbana decorrente de suspensão da Concorrência Pública n. 002/2019-Prefeitura de Palmas.

4. **Diligências:**

1. Junte-se Termo de Declaração do Sr. Diego Duarte Moniz

2. Requisite-se ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços de Palmas cópia integral do processo de contratação emergencial de serviços de limpeza urbana nesta Capital, bem como cópia integral do processo de licitação Concorrência Pública n. 002/2019-Prefeitura de Palmas.

3. Representar ao Tribunal de Contas do Estado para apurar possível prática de dispensa indevida de licitação, mediante contratação emergencial para execução de serviços de limpeza urbana decorrente de suspensão da Concorrência Pública n. 002/2019-Prefeitura de Palmas.

4. Comunicar o Colendo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins a instauração do presente Inquérito Civil Público, juntando cópia da presente portaria, conforme determina o art. 12, VI da Resolução nº 005/2018, do CSMP-TO;

5. Encaminhar a presente portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, conforme determina o art. 12, V da Resolução nº 005/2018, do CSMP-TO;

Documento assinado por meio eletrônico
ADRIANO CESAR PEREIRA DAS NEVES
28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Assinado por: ADRIANO CESAR PEREIRA DAS NEVES como (adrianoneves)
Na data: 19/11/2019 18:12:35
SHA-224: 64b7c349732443778487e5126cbc68570beddddfe4d0dc70ce74db
URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/64b7c349732443778487e5126cbc68570beddddfe4d0dc70ce74db>

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas conforme o Ato 030/2016 da PGJ.